



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO
Ata da 171ª reunião, realizada em 14 de fevereiro de 2025

1 Em 14 de fevereiro de 2025, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro (URC TM)
2 do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes
4 membros titulares e suplentes: o presidente suplente Bruno Neto de Ávila, representante da SEMAD;
5 Representantes do poder público: Edson da Silva Santos, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
6 Abastecimento (Seapa); Mário Lucas de Abreu Resende, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
7 (Sede); Carla Vieira Alvarenga, da Secretária de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra);
8 Cristiano Corrêa Lemos, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); Daniel Fernandes Loureiro, do
9 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Mariana Duarte Leão, do Ministério
10 Público de Minas Gerais (MPMG); Stephanie Caroline Schubert, da Prefeitura de Uberlândia; Representantes da
11 sociedade civil: Nathalia Luiza Fonseca Martins, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg);
12 João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
13 (Faemg); Denilson Felipe Borges, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas
14 Gerais (Federaminas); Ediene Luiz Alves, da Associação dos Produtores de Soja, Milho, Sorgo e Outros Grãos
15 Agrícolas do Estado de Minas Gerais (Aprosoja MG); Fernando Menezes Belchior, do Instituto de Direito Ambiental
16 e Urbanístico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Idau-TAP); Daniela Alves Viali, da Associação Ambiental
17 Sustenta Minas; Jéssica Vale Freitas Moreira, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/MG). **Assuntos**
18 **em pauta.** **1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente suplente Bruno Neto de Ávila declarou
19 aberta a 171ª reunião da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
20 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro João
21 Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes/Faemg: “Recentemente, agora no dia 11, foi publicado o Decreto 48.994,
22 o qual trata do programa de regularização de multas ambientais. E nós temos vários casos aqui que se encaixam
23 nesse programa. Em caso de o empreendedor, a parte, desistir do recurso e aderir a esse programa, ele pode ter
24 o benefício de até 30% do valor da multa. E considerando que esse decreto foi publicado recentemente, eu sugiro
25 que aqueles empreendedores que, se não manifestarem, não estão presentes, que esses processos sejam
26 baixados em diligência, e seja oportunizado a eles aderir ou não a esse programa de conversão de multas
27 ambientais. Os que estão aqui e desejam fazer sua sustentação no recurso, que assim prossiga normalmente.”
28 Presidente Bruno Neto de Ávila: “Nós vamos discutir essa questão nos itens de pauta, nos autos, e colocamos em
29 votação essa situação. Só informando aos conselheiros que na próxima reunião vai ter uma apresentação sobre
30 esse decreto para que possamos entendê-lo melhor também. Então na próxima reunião vai ter a apresentação e
31 a disposição dessa nova normativa.” **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5)**
32 **EXAME DA ATA DA 170ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 170ª reunião da Unidade Regional
33 Colegiada Triângulo Mineiro, realizada em 8 de novembro de 2024. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, PMMG,
34 Crea, MPMG, Prefeitura de Uberlândia, Fiemg, Faemg, Federaminas, Aprosoja, Idau-TAP, Sustenta Minas e Senar.
35 **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DO RECURSO DO AUTO DE INFRAÇÃO.** **6.1) José Fernando**
36 **Almeida Cordeiro.** Retirar/tornar inservível 2745,73 metros cúbicos de material lenhoso nativo oriundo da
37 supressão de 49,38,24 hectares de vegetação nativa sem amparo na autorização de intervenção concedida (AIA
38 2100.01.0016206/2022-14); Suprimir/desmatar 05,20,00 hectares de vegetação nativa, tipologia Cerrado sensu
39 strictu, localizada em área comum, em desacordo com a autorização concedida pelo órgão ambiental (AIA
40 2100.01.0016206/2022-14); Retirar/tornar inservível 150 (cento e cinquenta) metros cúbicos de material
41 lenhoso oriundos de supressão de 05,20,00 hectares de vegetação nativa, realizada sem autorização ou licença
42 do órgão ambiental competente, ou em desacordo com a autorização ou licença concedida; Retirar/tornar
43 inservível 40 (quarenta) metros cúbicos de material lenhoso nativo oriundos da supressão de 120 árvores
44 esparsas nativas, realizada sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, ou em desacordo com

45 a autorização ou licença concedida; Suprimir 120 indivíduos arbóreos nativos esparsos, localizados em área
 46 comum, sem licença/autorização do órgão ambiental competente; Retirar/tornar inservível 95 (noventa e
 47 cinco) metros cúbicos de material lenhoso nativo oriundos de supressão de 285 exemplares de pequi realizada
 48 sem autorização ou licença do órgão ambiental competente ou em desacordo com a autorização ou licença
 49 concedida; Suprimir 285 (duzentos e oitenta e cinco) exemplares de pequi, espécie imune de corte conforme
 50 Lei Estadual 10.883 de 1992, sem autorização ou licença do órgão ambiental competente ou em desacordo com
 51 a autorização ou licença concedida. Monte Carmelo/MG. PA/CAP/Nº 766666/22. AI/Nº 304820/2022.
 52 **Apresentação: URFis TM. Retorno de vista pelos conselheiros Nathalia Luiza Fonseca Martins, representante da**
 53 **Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes,**
 54 **representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Ediene Luiz Alves,**
 55 **representante da Associação dos Produtores de Soja, Milho, Sorgo e Outros Grãos Agrícolas do Estado de Minas**
 56 **Gerais (Aprosoja-MG); e Daniela Alves Viali, representante da Associação Ambiental Sustenta Minas. Presidente**
 57 **Bruno Neto de Ávila:** “Eu peço a apresentação do retorno de vista dos conselheiros.” **Conselheira Nathalia Luiza**
 58 **Fonseca Martins/Fiemg:** “Boa tarde, senhor presidente. Posso iniciar? Bom dia a todos, bom dia, senhor
 59 presidente, todos os conselheiros, todos que estão presentes nos ouvindo pelo YouTube. Nós apresentamos um
 60 relato de vista dos dois processos que estão em sequência, o item 6.1 e o item 6.2, em nome do Erick e do José.
 61 Nós apresentamos um relato de vista em conjunto. E, basicamente, eu vou tentar ser bem sucinta, é um processo
 62 bem complexo. Nós pedimos vista de fato para analisar melhor a documentação e como que foram colocadas
 63 essas infrações. E aqui eu tenho dois pontos básicos para apresentar para os senhores conselheiros e para todos
 64 que estão nos ouvindo. O primeiro deles é a dupla penalização. O parecer de vista foi disponibilizado no site,
 65 então creio que todos já tiveram acesso. Então vou ser bem breve na minha fala. É quanto ao bis in idem. Podemos
 66 verificar que foram lavrados dois autos de infração, o 304820, que foi em nome do Erick, e o 304821, em nome
 67 do José. São dois autos idênticos. Então podemos verificar que foram atribuídas penalidades idênticas, individuais,
 68 e são dois coproprietários, eles são irmãos, donos de uma mesma área. Como podemos perceber, essa dupla
 69 penalização foi trazida pelo mesmo fato gerador. Então houve a imputação de multas pelo mesmo fato gerador,
 70 com os mesmos fundamentos, mesmos valores de multas e as mesmas descrições, o que traz bem claramente
 71 para nós o princípio do bis in idem, que de fato é um princípio que, na verdade, veda a imposição de sanções
 72 múltiplas para uma mesma infração. Então eu trouxe no meu relato de vista as jurisprudências, inclusive já
 73 existentes no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que reconhecem a ilegalidade de duplas penalizações pelo
 74 mesmo fato gerador. E aí identificamos claramente que essa dupla penalização é desproporcional, viola o princípio
 75 da isonomia, e verificamos de fato que essa dupla penalização é atribuída aos dois irmãos para uma mesma área,
 76 para os mesmos códigos, para os mesmos valores de multas. Então inclusive no nosso relato de vista nós
 77 colocamos a sugestão de anulação dos autos, considerando a ilegalidade da dupla penalização pelo mesmo fato
 78 gerador. E o segundo ponto importante de ser destacado, pessoal, eu acho que temos que trazer aqui alguns
 79 detalhamentos da infração. Nós podemos ver que uma mesma autuação trouxe sete infrações diferentes, nas
 80 quais vêm descritas suas tipificações. E nessa linha eu trago, especificamente, a infração número 1. Se vocês
 81 verificarem, a infração número 1 trata de ‘retirar e tornar inservível 2.745,73 m³ de material lenhoso que foram
 82 oriundos de uma supressão de 49,38 ha de vegetação nativa’. E quando tratamos dessa tipificação, que é a 302ª,
 83 ela traz que essa supressão ou essa retirada é sem autorização do órgão ambiental. Mas como podemos ver
 84 verificar nos autos do processo a supressão de 49,38 ha foi autorizada. Inclusive, temos o número do AIA, da
 85 autorização de supressão. Então eu trago para vocês que fica claramente especificado um erro de tipificação na
 86 autuação. E esse erro de tipificação se trata de um erro insanável. E por esse motivo solicitamos também a
 87 anulação dos autos de infração, considerando que os 49 ha que realmente foram autorizados e que tratam
 88 especificamente da infração número 1, sobre as metragens cúbicas de rendimento lenhoso, de fato foram
 89 autorizados. Então não caberia essa tipificação de infração para os envolvidos. Concluindo o meu relato de vista,
 90 a Fiemg traz como sugestão. Presidente, entendemos que a baixa em diligência é uma prerrogativa do senhor,
 91 mas nós solicitamos a baixa em diligência do processo para que o Estado possa exercer a autotutela
 92 administrativa, considerando que a autotutela é cabível de acordo com a legislação vigente. Então nós solicitamos
 93 a baixa em diligência para que o órgão ambiental faça autotutela e anule os dois autos de infração, considerando
 94 a dupla penalização pelo mesmo fato gerador; e conseqüentemente que o órgão possa emitir um auto de infração
 95 único que contemple ambos os coproprietários, que são irmãos, donos de uma mesma área; e ainda com a
 96 exclusão da infração número 1, considerando o erro de tipificação da infração, que não seria aplicável,

considerando que os 49 hectares foram autorizados pelo órgão ambiental. E caso o senhor presidente entenda que não seja possível a baixa em diligência a Fiemg no seu relato de vista sugere a anulação dos dois autos de infração, considerando a dupla penalização pelo mesmo fato gerador e o erro de tipificação da infração número 1. Seria isso, presidente, estou à disposição. Obrigada.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Obrigado, conselheira Nathalia. Conselheiro João Henrique, pode se manifestar, por favor.” Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes/Faemg: “Bom dia a todos. Eu queria fazer alguns apontamentos com relação ao relatório de vista e a alguns itens que foram objeto do auto de infração e quanto à defesa do empreendedor. Primeiro essa questão do bis in idem, ou seja, haver uma dupla penalização pelo fato de apenas uma infração. O próprio decreto já preconiza que devem ser lavrados autos de infração distintos, mas com uma penalização. Isso para nós que militamos diretamente nessa seara jurídica, esse bis in idem caracteriza até um erro grosseiro, que acho que é de fácil resolução pelo órgão ambiental. E como a Nathalia já falou e já explicou muito bem, falar mais sobre isso é falar mais do mesmo que ela já falou, é um erro considerado de fácil resolatividade e na esfera jurídica digamos que chega a ser, como falei, um erro grosseiro mesmo que merece essa correção, ou sobre a baixa em diligência, baixando em diligência e fazendo um auto de infração específico; ou anulando. A questão do rendimento lenhoso que a Nathalia muito bem falou, essa supressão de fato estava autorizada pela AIA, e não devem incidir essas penalidades, como ela já falou também. Existe uma questão também com relação ao rendimento lenhoso que é a forma de apuração, que o laudo apontado pelo empreendedor preconiza um outro rendimento, que foi apurado com muito mais técnica, que eu acredito, vislumbrando os autos. E isso merece também a nossa avaliação e consideração no julgamento. Tem a questão também da supressão dos pequis e ipês. Foi imputada uma penalidade a ele sobre a supressão de 236, duzentos e alguma coisa pequis. Só que no instrumento autorizativo, a AIA, não veio nenhuma restrição quanto a não retirada de pequi e ipê. O documento, essa AIA, o que acontece? Ela tem que vir preconizando tudo aquilo que não é permitido, condicionantes, todas as questões vinculativas a essa autorização. E a restrição de pequis não veio a ela, veio apenas citando no parecer. E na AIA não especificou nada quanto ao parecer. Ou seja, se houvesse essa restrição com relação aos pequis, no mínimo deveria ter sido informado na AIA que existisse um parecer contrário. E não foi isso, não foi informado no documento autorizativo. Fazendo uma analogia boba aqui, é a mesma coisa de um policial de trânsito te multar pelo fato de você não estar usando óculos. Ora, se na sua carteira de motorista não consta nada que você tem que usar, você não pode ser multado por conta disso. É uma analogia assim boba, mas para entendermos. E existe um outro ponto também que merece grande relevância, que o empreendedor colocou na sua defesa, que é uma atenuante, a questão de a propriedade ser de 4 módulos fiscais. O órgão ambiental entendeu que, para ser concedida essa autorização com relação a 4 módulos fiscais, ela deve ser vinculada à questão de ser agricultura e posse familiar. Na lei é bem específico, é uma coisa ou outra coisa, elas não são complementares. Ou você tem 4 módulos ou você pode ser da agricultura familiar. Até mesmo porque os dois institutos não se comunicam. Questão de módulo fiscal é questão fundiária, pautada pelo Incra, Estatuto da Terra. Questão de agricultura familiar é uma relação de Pronaf, de incentivo à agricultura familiar através de programa governamental. Elas não se comunicam entre si, elas são distintas. Então para esse benefício ou ele pode ser de agricultura familiar ou pode ser até de 4 módulos fiscais, eles não têm que ser os dois em conjunto para concessão dessa atenuante. Então, presidente, essas são as minhas considerações. Eu queria também que na análise, como são vários itens que foram pautados, de repente, caso o Conselho entenda pela não anulação do auto de infração, que julgássemos esses itens em apartado. Porque, como a Nathalia falou, de repente, se esses autos voltarem para um auto de infração, consigamos que nesse auto de infração que retorne já venha julgado quanto a esses quesitos do rendimento, quanto a esses quesitos dos pequis, que não constaram na AIA, e com relação a atenuante. Então eu peço, caso seja o seu entendimento, o entendimento dos conselheiros, que também fizéssemos o julgamento em apartado desses itens, porque no retorno de eventual auto de infração eles já viriam decotados. Obrigada.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Obrigado, conselheiro João. O próximo a se manifestar é a conselheira Ediene. Por favor.” Conselheira Ediene Luiz Alves/Aprosoja: “Bom dia a todos... O meu ponto principal que eu gostaria de reforçar, tanto na fala Nathalia, quanto do João Henrique, é a importância que o órgão considere esse pedido de baixa dos processos em diligência para permitir mesmo o exercício da autotutela administrativa e assim viabilizar a revisão e sanar todos esses eventos inconsistentes que foram levantados pela Nathalia e pelo João Henrique e dessa forma garantir a regularidade, a conformidade dos procedimentos, que realmente encaixem nos dispositivos legais, que encaixem de forma que o próprio órgão, o próprio Estado possa resolver e sanar todas essas questões. O meu pedido, o reforço maior é nesse sentido, presidente.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Obrigado, conselheira. Agora

149 próximo conselheiro a se manifestar é a conselheira Daniela.” Conselheira Daniela Alves Viali/Sustenta Minas:
 150 “Bom dia a todos, bom dia a todos que estão nos ouvindo. Eu aqui só venho reforçar o nosso relato de vista junto
 151 com todas as outras entidades. E o nosso pleito é esse mesmo, sanar as eventuais inconsistências, conforme o
 152 nosso relato de vista apresentado em conjunto. Todas as nossas razões já foram muito bem apresentadas pela
 153 Nathalia, pelo João Henrique, pela Ediene. Eu só quero reforçar os nossos pedidos que já estão todos muito bem
 154 fundamentados no relato de vista. Obrigada.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Obrigado, conselheira. Agora eu
 155 gostaria de abrir a palavra aos conselheiros que gostariam de se manifestar, por favor. Depois eu vou franquear
 156 a palavra aos inscritos. Algum conselheiro gostaria de se manifestar neste momento? Como não há manifestação,
 157 eu vou abrir agora a palavra aos inscritos. Depois voltamos para a discussão do processo. O primeiro inscrito para
 158 essa manifestação é o senhor Felipe Fiocchi Pena. Ele está presente? Com a palavra” Felipe Fiocchi
 159 Pena/representante do empreendedor: “Senhor presidente, senhores conselheiros, colegas e todos aqueles que
 160 nos acompanham pelas plataformas digitais, um bom dia. É com muito respeito que eu faço uso desta palavra na
 161 sustentação dos recorrentes José Fernando Almeida Cordeiro e do Erick Williams para trazer um pouco para vocês
 162 das insubsistências que evidenciam a nulidade dos autos de infração 304820 e 304821, ambos de 2022. Diante do
 163 curto prazo eu vou concentrar minha fala na questão jurídica que gera a nulidade absoluta em ambos os autos,
 164 que já foi tratada no relatório de vista e é o que palpita mais, a questão da dupla penalização pelo mesmo fato. E
 165 aí eu vou deixar as questões técnicas para a apresentação de outros colegas que sucederão a minha fala. Os
 166 recorrentes foram autuados em decorrência de uma fiscalização da Polícia Militar, que apurou a intervenção
 167 ambiental em área que foi adquirida por ambos; eles são irmãos. E foi apresentado o contrato de compra e venda
 168 no momento da fiscalização. Então a posse da área é concorrente. Mas ao invés de lavrar um único auto de
 169 infração, com a identificação de ambos como corresponsáveis, a autoridade policial emitiu dois autos de idêntico
 170 teor. Esses autos possuem mesmas condutas imputadas, mesmo fato gerador, mesma fundamentação legal,
 171 mesmos valores de multa. Então a principal irregularidade que gera a nulidade de ambos os autos, conforme dito,
 172 é a prática do bis in idem, o que é constitucionalmente vedado, porque está vinculado às garantias de legalidade,
 173 proporcionalidade e devido processo legal. A infração foi única. Então no caso houve essa corresponsabilidade,
 174 essa responsabilidade solidária, o correto seria lavrar um único auto de infração identificando os ambos
 175 recorrentes como corresponsáveis. Quando lavramos dois autos de infração, conselheiros, acabamos gerando
 176 duas infrações autônomas, independentes. E não é o que diz o 47.383. Se pegarmos o artigo 56, §3º, ele fala: ‘O
 177 auto de infração deverá ser lavrado para cada infrator que tenha participado’. O auto de infração para cada
 178 infrator, culpa concorrente, tem o campo de identificação. Não foi o que ocorreu. Então verificamos que, além de
 179 ilegal, a lavratura de dois autos idênticos ainda cria um entrave à própria regularização ambiental dessa área. Se
 180 pegarmos no Decreto Estadual 47.749/2019, é exigido o recolhimento prévio dessas multas para que o
 181 empreendedor consiga regularizar. Então ao invés de pagar uma multa ele teria que pagar duas. O que acontece?
 182 Esse custo de regularização dobra indevidamente, dificultando a recuperação ambiental, que deveria ser o
 183 objetivo maior da política ambiental do nosso Estado. Os tribunais também são pacíficos em reconhecer a
 184 nulidade de autuações idênticas pelo mesmo fato. Eu trago aqui uma apelação cível. O resumo dela é: ‘Restando
 185 comprovado que as autuações decorrem do mesmo fato, lavradas contra pessoas distintas, configura-se bis in
 186 idem, impondo-se a anulação do auto de infração impugnado.’ Mas não é só o nosso tribunal que tem essa visão
 187 de vedação do bis in idem. Uma decisão também do TRF4: ‘Duas autuações pelo mesmo fato, mesmo em face de
 188 sujeitos distintos, configura um bis in idem, ensejando anulação do auto de infração.’ Então, conselheiros, o
 189 pedido principal nosso é a anulação integral, conforme constou, inclusive, muito bem apontado pelos conselheiros
 190 no relatório de vista, anulação integral dos autos de infração 304820 e 304821 em razão desse bis in idem. E caso
 191 não seja acolhido esse primeiro pedido, que eu até gostaria de solicitar, presidente, se possível para fragmentar
 192 para que primeiro julguemos isso, aí tem os pedidos alternativos. Como já apontado, o AIA não trouxe restrições
 193 quanto a vedação de supressão de pequi, por exemplo. E quando eles adquiriram a propriedade o processo de
 194 AIA foi feito pelo proprietário anterior, eles pegaram o documento autorizativo, e não tinha vedação de poder
 195 suprimir os pequis, por exemplo. Também não foi aplicada a redução da pequena propriedade rural, houve uma
 196 confusão quando se pede requisito da pequena propriedade familiar. O instituto é pequena propriedade rural, o
 197 mesmo instituto para regularização de reserva. Então se eu tenho um imóvel de até 4 módulos fiscais a reserva a
 198 ser constituída é o remanescente existente em 22 de julho de 2008. É o mesmo Instituto que o Decreto 47.383
 199 traz para aplicação da atenuante. As demais ilegalidades, como erro nas estimativas de rendimento lenhoso, vícios
 200 na aferição da área de intervenção, serão abordados pela minha colega Maira. Tem o pessoal da consultoria

201 técnica que poderá trazer mais luz também a essas divergências. Eu agradeço e me coloco à disposição. Muito
 202 obrigado.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “O próximo a se manifestar agora, pela lista de inscritos, é o Sr. José
 203 Fernando Almeida Cordeiro. Está presente? Gostaria de se manifestar ou não?” José Fernando Almeida Cordeiro:
 204 “Bom dia a todos. Eu queria agradecer a oportunidade da fala e me colocar à disposição a qualquer dúvida.
 205 Obrigado.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Obrigado, José Fernando. A próxima a se manifestar, inscrita, é a Sra.
 206 Maira Rodrigues da Costa.” Maira Rodrigues da Costa/representante do empreendedor: “Meus cumprimentos ao
 207 senhor presidente, aos senhores conselheiros e demais participantes. Dando continuidade na fala do colega Dr.
 208 Felipe, entrando no mérito da infração, eu destaco a infração 01. Ela foi lavrada e consta no auto de infração que
 209 essa infração foi por ‘retirar e tornar inservível 2.745,73 m³ de material lenhoso oriundos de uma supressão de
 210 49,38 ha de vegetação nativa, sem amparo na autorização de intervenção ambiental AIA 21001.0016206202214.’
 211 O código infracional que foi imputado a essa infração 302A prevê penalidades para retirada ou destruição de
 212 produtos da flora nativa proveniente de uma supressão, um desmate, destoca, corte e exploração. Existe
 213 requisitos para aplicação desse código infracional, que é a supressão sem autorização, quando ocorre sem
 214 qualquer aprovação do órgão ambiental; ou uma execução irregular, quando há a autorização, mas essa retirada
 215 excede os limites ou descumpre alguma condição imposta pela licença. No nosso caso concreto, foi emitida uma
 216 autorização pelo órgão ambiental em 30/6/2022. Essa autorização permitia a supressão dos 49,38 ha de
 217 vegetação nativa e resultou no rendimento lenhoso estimado em 2.745,7355 m³. Quando fazemos a solicitação
 218 ao órgão para uma supressão, há a necessidade de informar ao órgão essa destinação socioeconômica do material
 219 lenhoso para que o órgão possa aprovar, fiscalizar e monitorar. Isso é uma determinação do artigo 21, §º, do
 220 Decreto Estadual 47.749/2019. No requerimento inicial para solicitar essa autorização, foi solicitada a
 221 comercialização. No entanto, antes da emissão do ato autorizativo, houve a análise técnica do órgão, e no parecer
 222 ficou determinado que o material lenhoso seria utilizado pelo empreendedor dentro do imóvel. Sendo assim,
 223 houve a destinação de parte desse material lenhoso para tamponamento de uma estrada que existia na área com
 224 o objetivo de estabilizar o solo e prevenir erosões. E essa incorporação do solo é permitida de acordo com o artigo
 225 21 do Decreto 47.749/2019, mas é permitida desde que esse material seja incorporado na mesma área onde
 226 ocorreu a supressão. E traz ainda que tem que ser observada a questão do produto florestal, ou seja, é aquele
 227 que em seu estado bruto ou in natura seja em forma de madeira em toras, lenha, achas, lascas, dentre outras.
 228 Existem restrições também em questão de madeiras nobres, mas, para ser considerada uma madeira nobre, tem
 229 que estar apta para serraria ou a marcenaria, permitir que o seu aproveitamento seja de forma de madeira em
 230 tora na fase de extração, com diâmetro superior a 20 cm e comprimento igual ou superior a 220 cm. E no parecer
 231 do órgão ambiental, no momento que ele fez a fiscalização, ele deixou constado no item 5 que as espécies
 232 encontradas lá tinham troncos cascudos e retorcidos. Logo, para serem consideradas uma madeira nobre, essas
 233 espécies que foram encontradas lá não estavam aptas para utilizar em serraria ou marcenaria. E ainda levando
 234 em consideração o diâmetro superior a 20 cm, e comprimento igual ou superior a 220 também não foi constatado.
 235 Para ser considerada essa madeira nobre, são requisitos simultâneos, tem que atender todos esses. E isso ficou
 236 muito claro também no parecer do órgão ambiental. Então a conclusão. Houve a retirada do material lenhoso
 237 estimado em 2.745, 7355 m³, eles estavam autorizados pelo órgão ambiental, o uso dentro da propriedade
 238 também foi autorizado pelo órgão ambiental. A incorporação do material lenhoso foi devidamente realizada
 239 dentro da propriedade. Não foram utilizadas madeiras nobres nessa incorporação do solo. Então o nosso pedido,
 240 senhores conselheiros, é o cancelamento de ambos os autos de infração em razão da configuração da dupla
 241 penalidade, que é uma prática expressamente vedada pelo ordenamento jurídico; e o cancelamento de ambas as
 242 infrações considerando que o rendimento lenhoso estava contemplado na autorização e foram devidamente
 243 seguidas as instruções constantes no parecer e na autorização. Obrigada, senhores.” Presidente Bruno Neto de
 244 Ávila: “O próximo inscrito para esse item é o Sr. Weder Oliveira Soidan. Gostaria de se manifestar?” Weder Oliveira
 245 Soidan/representante do empreendedor: “Somente em caso de dúvidas dos conselheiros.” Presidente
 246 Bruno Neto de Ávila: “Senhores conselheiros, ouvidos então o retorno de vista dos conselheiros e os inscritos na
 247 defesa desses processos, considero que não se trata de pedido de baixa em diligência, pois esses itens
 248 apresentados já foram analisados e discutidos pela SEMAD junto ao processo, inclusive, de defesa dos autos.
 249 Então estamos tratando aqui de uma questão realmente de deliberação e julgamento desses autos. Então aqui
 250 estão todas as informações necessárias para fazermos a discussão e julgamento desses pleitos e tirar dúvidas,
 251 enriquecer essa discussão para podermos, sim, partir para a votação do julgamento dos autos. Então todos os
 252 itens levantados no relato de vista e apresentados pela defesa são subsidiados no relatório pauta desses

processos. Então agora eu gostaria de abrir a palavra aos representantes da URFis do Triângulo Mineiro.” Victor Hugo Alves Soares/URFis TM: “Boa tarde, senhores conselheiros. Meu nome é Victor, sou da URFis TM e vou tratar de dois pontos apenas. Em relação ao bis in idem, tão discutido, no caso de infração ambiental, a culpa é de forma concorrente, a culpa se afasta da solidariedade e da subsidiariedade. Nós não falamos em solidariedade em infração ambiental quando mais de uma pessoa pratica a mesma infração ambiental, nós falamos em culpa concorrente. Solidariedade seriam os dois responsáveis pela mesma infração, e subsidiariedade seria um ou outro. Isso é bem fundamentado pelo parecer da AGE 15877, que autoriza aplicar penalidades para quem esteja envolvido em ação ou omissão que configure ilícito administrativo ambiental. Fixa a necessidade de que a pessoa tenha concorrido para a prática da infração para obter vantagem dela. Todos os envolvidos nessa ação, nessa omissão que configura ilícito ambiental, eles concorrem, a culpa deles é de forma concorrente, ou seja, cada um responderá pela sua culpa, não será dividida nem solidarizada, não será de forma solidária e nem será de forma subsidiária. Com relação a atenuante, nós temos uma nota jurídica da Asjur, Assessoria Jurídica da SEMAD, que foi proferida em 2024, a Nota Jurídica 67/2024. Ela é bem clara que não é suficiente apenas que a área do imóvel seja de 4 módulos fiscais, deve ser comprovado que se trata de agricultura familiar também. Porque contraria até a Constituição Federal, que fala que a pequena propriedade é aquela exercida pela família. Eu passo a palavra agora para a Francely falar da parte técnica.” Francely Aparecida Moreno de Tíllio/URFis TM: “Bom dia a todos... A parte do bis in idem e da agricultura familiar, eu tinha até anotado aqui também para voltar nesse assunto, mas Victor já fez nossas explanações. Outro ponto que eu anotei aqui é o questionamento que o Felipe fez a respeito do corte dos pequis. Não foi um assunto abordado no parecer de vista, mas ele trouxe aqui, então vou esclarecer. O Daia é um documento finalístico que autoriza a área, mas nós entendemos que ele não pode ser desconsiderado de todo o conteúdo do processo. Quando pegamos o parecer que embasou o processo de Daia, ele fala, se não me engano, por sete, oito vezes a questão da presença dos pequis. Foi solicitado um censo individualizado, que foi apresentado, e consta que os pequis não estavam autorizados e consta também que o próprio empreendedor na época informou que o corte dos pequis não seria necessário porque ele iria conseguir conduzir a atividade sem o corte. E depois já na defesa há esse questionamento informando que a atividade não seria possível sem o corte dos pequis. Então o que nós entendemos é que, como o Daia, o processo foi montado todo em nome de um proprietário, e houve a troca, se as características da atividade econômica, enfim, do novo proprietário não pudessem ser de acordo com o que foi autorizado, teria que ter sido desconsiderado esse Daia e ter solicitado um novo, onde iria ser feita toda essa análise. Inclusive, a norma específica que declara de preservação permanente e imune de corte o pequi, ela traz quais são os casos em que é admitida a situação. Então numa delas em área antrópica antropizada até 22 de julho de 2008; em pousio, quando a manutenção da espécie dificultar a implantação de projeto. Então o que vemos é que essa área logicamente não é antropizada porque, se foi autorizado um desmate agora, em 2008 ela era nativa. Então o corte de pequis nessa área possivelmente nem seria passível de autorização. Claro que isso caberia ao IEF. Então essa questão do corte de pequis está sanada que ocorreu o corte, e não podemos falar, ainda que não estivesse constante explicitamente no Daia, que ele desconhecia esse impedimento, porque tem uma própria lei estadual que fala. ‘Eu desconheço que tem no Daia’, mas tem na formalização do processo e tem uma lei que fala que ele é imune de corte. Então estaríamos entrando no argumento de que estaria desconhecendo até a lei. E agora voltando aqui na questão da infração de número 1, que acho que é o que mais temos aqui a prestar esclarecimento e que foi debatido, nós temos que o próprio parecer de vista fala que esse enquadramento do 302 é utilizado quando... Isso foi uma colocação do parecer de vista, uma opinião deles, não sei de onde foi tirado que é usando somente nessas ocasiões. Mas de certa forma vai em acordo com a nossa posição. No item 2 no parecer consta que ele pode ser utilizado mesmo tendo havido autorização válida, a execução de supressão e retirada não respeita os limites de áreas ou condições impostas na licença, que foi o que exatamente aconteceu. A licença foi solicitada para comercialização, consta na autorização que foi usado o uso na propriedade, mas há, tanto no requerimento como na licença, um item específico de incorporação no solo que não foi requerido, e, consequentemente, não foi autorizado. E tem um detalhe que não foi adentrado ainda no assunto, que o BO traz que grande parte do material lenhoso ou quase tudo, foi feita a queima. Aqui ainda ninguém trouxe esse assunto. Quando nós analisamos – isso consta no parecer também –, a análise de imagem praticamente de áreas no período da intervenção, nós comprovamos que houve a queima dessa lenha. Em toda a propriedade são nítidas as leiras, e conseguimos ver, inclusive, na imagem o fogo evoluindo. Então tem imagem no parecer de junho de 2022 com a vegetação preservada, em agosto, a área toda desmatada com material leirado; em agosto ainda a queima sendo iniciada na parte sul da área; em setembro, as

leiras da parte sul já queimadas; em setembro, parte da leira da região central queimada; em setembro ainda, região norte; e ainda em 18 de setembro finalizando as leiras da parte norte da propriedade queimada. Então essa questão, falamos da incorporação do solo, que não estava autorizada nessa condição como foi colocado aqui, e principalmente que houve a queima. Então já saímos do que poderia ser incorporado ou não de madeiras aptas a serraria ou não, mas que houve a queima. E para ocorrer a queima há necessidade de uma autorização para isso, e que logicamente não é autorizada a queima de todo material lenhoso, mas alguns restos de exploração, galharia, que não teria nenhum uso. Então a respeito do que faltava esclarecer sobre incorporação no solo são essas questões, em que entendemos que não houve erro de tipificação. Nós vamos é de encontro com o que foi no parecer de vista, que a condição imposta na licença não foi cumprida, porque não estava autorizada a incorporação e, além de tudo, e principalmente, que houve a queima do material lenhoso, que consta no BO, e nós comprovamos por imagens. Obrigada.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Obrigado, Francely. Eu vou franquear a palavra agora ao conselheiro Fernando, do Idau-TAP.” Conselheiro Fernando Menezes Belchior/Idau-TAP: “Presidente, minha dúvida aqui é quanto à votação. Considerando então que o senhor disse que não há possibilidade de baixar em diligência, porque, na minha opinião, eu também tenho uma opinião parecida com o João Henrique em relação, vamos dizer assim, a um erro formal, que para mim é um primeiro equívoco, na minha opinião, é que se trata de duas matrículas com dois proprietários em cada uma das matrículas, dois irmãos. Então poderiam ser 50 proprietários. Tem um caso recente, com 36 proprietários. Então não quer dizer que os 36 proprietários supostamente cometeram um crime ambiental. Esse é o meu entendimento. Se não formos destrinchar esse caso e formos votar ou tudo ou nada, então eu só quero ter essa resposta, porque aí já vou sustentar o meu voto aqui, até pelo cancelamento dos dois autos de infração, tendo em vista a não possibilidade de fazermos uma modulação dessa votação. É uma pergunta, para quem souber responder dos técnicos.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Obrigado, conselheiro Fernando. A questão da baixa em diligência é em cima disso, a questão da permanência do Estado, a questão da sua manifestação sobre os questionamentos apresentados. É por isso que eu fiz aqui para escutar todas as manifestações, se tinha um fato novo. Mas acho que não é o caso, e sim realmente do julgamento da interpretação e sustentação dos posicionamentos dos conselheiros e das nossas decisões aqui. Respondendo a sua pergunta, de fato, eu acho que, pelo que foi apresentado e pelo que foi solicitado, eu entendo que existem duas possibilidades: a questão da anulação, votação da anulação do auto completo; ou de fato eu acho que é a ponderação melhor, visto que é um auto com vários itens, fazer a votação dessas questões que foram levantadas. Pelo que eu levantei aqui, são basicamente três itens que estão sendo questionados de forma mais contundente: a questão do bis in idem dos autos; a questão da agricultura familiar; e a questão da destinação do material lenhoso, que é o item 1 do auto de infração. Então eu acho que, se eu não me engano, são esses três itens mais relevantes que foram apresentados tanto no relatório de vista, quanto na manifestação dos representantes do empreendedor e defendido aqui, pela contraposição, pela URFis Triângulo Mineiro. Então eu gostaria de escutar manifestações dos conselheiros em relação a isso, sobre a questão do julgamento item a item, para até, inclusive, podermos seguir com a discussão e com as manifestações. Em relação a essa questão do julgamento, algum conselheiro é contrário a discutirmos item a item o que está sendo levantado? Se alguém for contrário, eu gostaria que se manifestasse. Ok. Então, conselheiro Fernando a demais conselheiros, nós vamos botar em discussão os itens que foram tragos tanto no retorno de vista, quanto na defesa do representante do empreendedor, para podermos entender os itens e fazermos o julgamento ponto a ponto. Eu acho que é o mais coerente e o que podemos fazer nesse caso aqui. Eu gostaria de conceder a palavra agora ao conselheiro João Henrique.” Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes/Faemg: “Presidente, demais conselheiros... É só com relação à manifestação do órgão ambiental. Ele nos trouxe, fez uma aplicação literal do decreto com relação à individualização e das penas. Como já falamos aqui, na verdade, o que deveria ser feito era um único auto de infração, com todos os corréus envolvidos, e a individualização das penas. E com a questão da atenuante ele simplesmente falou que existe uma nota técnica orientativa para que deveria se aplicar conjuntamente a questão da pequena propriedade, juntamente com a posse familiar. Como operadores do direito, não podemos admitir que uma nota técnica prevaleça sobre a aplicação literal da lei. Porque se pegarmos uma questão até de gramática mesmo, que não requer muita interpretação, a lei fala o seguinte: ‘Tratar-se de infrator de entidade sem fins lucrativos, microempresa, microempreendedor individual, agroindústria de pequeno porte, empresa de pequeno porte, pequena propriedade ou posse familiar’. Então o que está havendo é uma distorção gramatical, não é questão nem de interpretação de lei. No nosso sentido, uma nota técnica não pode sobrepor essa questão legal.” Presidente

357 Bruno Neto de Ávila: “Obrigado, conselheiro João Henrique. Concedo a palavra agora à conselheira Nathalia
358 Martins.” Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Fiemg: “Obrigada, senhor presidente. Venho aqui reforçar
359 o princípio do bis in idem. Esse princípio traz a questão da ilegalidade para dupla penalização pelo mesmo fato
360 gerador. Então temos que nos atentar aqui a até alguns casos já decididos pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais,
361 que reconhece a ilegalidade para penalizações duplicadas. Nós estamos falando aqui de duas infrações idênticas,
362 com mesmos valores, com os mesmos códigos infracionais, para irmãos de uma mesma área. Como o próprio
363 conselheiro nosso colega da Idau-TAP falou, então se tivessem 36 proprietários seriam 36 infrações idênticas...
364 Então é um ponto para pensarmos, considerando que já temos casos no Tribunal de Justiça, que considera o
365 princípio do bis in idem e traz a vedação das sanções múltiplas para a mesma infração, para a mesma penalização
366 no fato gerador. E o ponto da infração 1, eu gostaria apenas de reforçar também o que já foi colocado no nosso
367 relato de vista, que a supressão dos 49 ha que refere-se ao rendimento de 2.700 m³ estava autorizada pelo órgão
368 ambiental. Pessoal, eu estou falando apenas da infração 1, não estou nem falando das demais. Essa supressão
369 estava autorizada, tinha um AIA autorizando a intervenção. Quando fala ‘em desacordo com o ato autorizativo’,
370 eu vou discordar um pouco, porque dentro do parecer técnico consta que o material lenhoso seria utilizado dentro
371 da propriedade, o qual foi feito pelo empreendedor. Então continuamos com o nosso entendimento de erro de
372 tipificação para essa infração, e sendo um erro insanável consideramos que o erro de tipificação traz a
373 possibilidade de anulação desse código infracional, especificamente da infração número 1. Obrigada, presidente.”
374 Presidente Bruno Neto de Ávila: “Conselheira Daniela, pode falar.” Conselheira Daniela Alves Viali/Sustenta
375 Minas: “Eu também queria reforçar nossos argumentos do bis in idem, dessa dupla penalização. Nós também aqui
376 como Associação Ambiental Sustenta Minas não concordamos com essa dupla penalização. E no item 1, na
377 infração número 1 também, nós entendemos que houve um erro de tipificação, e nesse erro de tipificação, esse
378 item, por erro de tipificação, tem que ser anulado. Se fosse possível também agora, no julgamento, falarmos
379 claramente sobre a votação de anulação ou não pelo erro de tipificação, eu também entendo que seria necessário
380 esse item também ser levado a julgamento também separado.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Obrigado,
381 conselheira. Eu gostaria que o pessoal da URFis Triângulo Mineiro manifestasse um pouco sobre os
382 questionamentos levantados. Agora nós estamos bem afinados nesses três itens, sobre o que foi levantado sobre
383 bis in idem, sobre agricultura familiar e a destinação de material lenhoso.” Victor Hugo Alves Soares/URFis TM:
384 “Sobre a questão do bis in idem, nós temos o parecer da AGE 15877, que é bem claro. Também temos com relação
385 a atenuante a nota jurídica da Asjur da SEMAD 67/2024. Lembrando bem, conforme a Lei Complementar 51/2019,
386 cabe à Advocacia Geral do Estado... Artigo 1º, inciso VII, fala que ‘cabe à Advocacia Geral do Estado emitir parecer
387 sobre consulta formulada pelo governador, por secretário de Estado ou por dirigente máximo de órgãos
388 autônomos, autarquias e fundações públicas’. Então a AGE formulou já sobre o assunto, interpretou o texto sobre
389 esse assunto. Então não cabe discutirmos isso, essa esfera judicial já cabe ao Judiciário, não cabe à parte
390 administrativa, que é fundamentado. Inclusive, foi consultado ao pessoal da AGE, e esse parecer mantém
391 validade, não foi revogado, não consta nos quadros de revogação esse parecer da AGE 15877 sobre o bis in idem,
392 sobre a culpa que é de forma concorrente. E o parecer da Assessoria Jurídica da SEMAD foi proferido em 2024,
393 sobre pequena propriedade, e está em plena vigência também.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Obrigado,
394 Victor. Voltando aqui à discussão, mais algum conselheiro gostaria de se manifestar?” Conselheiro Fernando
395 Menezes Belchior/Idau-TAP: “Rapidamente aqui, até porque eu sei que o órgão ambiental localizado em
396 Uberlândia tem grande influência no Estado de Minas Gerais, talvez o mais relevante do Estado. Eu vou dar um
397 exemplo. Eu sou advogado e atuo exclusivamente no mercado imobiliário. Então mexo com loteamentos,
398 incorporações etc. Eu falo de Uberlândia, o que é talvez de conhecimento de todos. Quando nós fazíamos
399 licenciamento ambiental para loteamento, que era competência do Estado – hoje até determinado tamanho o
400 município licencia –, eu brigava por um certo motivo. Porque se eu vou fazer um loteamento e ingresso com esse
401 projeto para licenciamento ambiental no órgão estadual, a legislação – isso não tem a ver com o órgão técnico de
402 forma alguma – tinha que trazer claramente e entender que, se eu vou realizar uma atividade de loteamento, é
403 óbvio que eu vou suprimir todas as espécies arbóreas ali daquele perímetro. Não tem como eu vender um lote
404 com uma árvore no meio do lote, essa conta não fecha. Então, se gostamos disso ou não gostamos, é uma questão
405 inerente à atividade. Então o que acontecia? Pegávamos a Licença Prévia, ou seja, com a Licença Prévia ambiental,
406 eu poderia registrar meu loteamento. Então eu pego a Licença Prévia no órgão ambiental estadual, pego a
407 aprovação do loteamento no município e levo essa documentação para aprovação, para registro perante o
408 cartório de imóveis. Registrando o meu loteamento no cartório de imóveis, eu estou apto a vender todos os lotes.

409 E isso é o que todo o mercado imobiliário faz no Brasil inteiro, principalmente fazendo aquele 'dia D', que às vezes
 410 dá até confusão etc. Então eu vendi todos os meus lotes, e depois disso, quando eu vou fazer Licença de
 411 Instalação, eu tinha que voltar ao órgão ambiental para solicitar a supressão de vegetação. Eu tive um problema
 412 aqui num caso em que um técnico entendeu que tinha um resquício de Mata Atlântica no meio do loteamento.
 413 Eu já tinha Licença Prévia, já tinha aprovado, já tinha registrado, já tinha vendido tudo. Então a legislação... É um
 414 pedido às vezes para trocarmos ideia sobre isso, mudar a DN etc. Então por que eu dei essa explicação? Para mim
 415 não faz sentido vir uma autorização falando que você pode fazer supressão de vegetação, e posteriormente você
 416 tem que pedir uma supressão de pequi, que é uma árvore imune de corte. Então ou o empreendedor precisa de
 417 consultar algum advogado, algum profissional da área, para interpretar o que está falando na AIA. Porque para
 418 mim é claro. Então eu estou fazendo até uma sugestão, para mim não faz muito sentido uma AIA falando que
 419 pode fazer a supressão, e posteriormente o empreendedor voltar ao órgão e pedir para fazer supressão de espécie
 420 imune a corte. Então por isso que eu dei esse exemplo do mercado imobiliário, até para facilitar o entendimento.
 421 Muito obrigado, presidente, desculpa minha intervenção novamente." Presidente Bruno Neto de Ávila:
 422 "Obrigado, Fernando. Eu vou me manifestar um pouquinho sobre essa questão, porque se trata de uma supressão
 423 de uma outra tipologia de atividade, que sim é possível fazer supressão e deixar espécies imunes de corte e
 424 atividade agrossilvipastoril ser implementada. Então é possível, sim. Existe norma específica para essa questão de
 425 supressão nesse caso de pequi, onde tem restrições para supressão, tem um regramento diferente. E se o
 426 empreendedor necessite fazer isso tem que solicitar instrumento normativo adequado para essa autorização. O
 427 que não foi feito nesse caso. Então ele poderia, se observasse a necessidade de realizar essa supressão, deveria
 428 ter solicitado um novo procedimento administrativo para assim conseguir essa autorização ou não desses
 429 indivíduos, onde ia realmente haver uma análise técnica para ver a viabilidade dessa supressão, nesse caso
 430 específico que estamos julgando aqui, que é atividade agrossilvipastoril. Num processo, por exemplo, da questão
 431 dos loteamentos, se identificamos esses indivíduos na área, entendemos que haverá supressão e sim tem que
 432 colocar esses indivíduos; e se for viável ocorre a autorização ou não dessa atividade. E é isso que a análise técnica
 433 do órgão ambiental, na análise do processo administrativo, tanto da supressão, como licenciamento ambiental, é
 434 nesse ponto que atuamos, observando essas questões. Então em relação à supressão do pequi é um ponto que
 435 entendemos com mais pacificidade do que foi feito. Então ele deveria ter observado aquilo que foi autorizado e
 436 aquilo que não é permitido nesse caso específico. Eu gostaria de abrir a palavra, a pedido da Francely, só para
 437 esse item da fala do conselheiro Fernando. Depois eu passo para a conselheira Nathalia e em seguida o
 438 conselheiro João Henrique." Francely Aparecida Moreno de Tíllio/URFis TM: "O Bruno explicou o que eu ia
 439 comentar, mas, já que eu estava aqui inscrita, é essa questão: não é que ele teria que entrar depois com o novo
 440 pedido, ele poderia, se fosse o caso, ter entrado com um pedido com as características que ele teria necessidade
 441 ou interesse. O que ocorre é que, como foi feito um Daia para um anterior proprietário, o anterior colocou as
 442 características e o que ele realmente queria: suprimir a vegetação. Está muito bem esclarecido. Não é que não
 443 consta, que tinha dúvida se tinha pequi ou não, tem muito relato no parecer de que havia pequi, que não poderia
 444 ser autorizado, não poderia ser realizado corte, visto que o próprio empreendedor não teria interesse nisso. Então
 445 o que eu quis dizer é se o novo empreendedor, a característica da atividade dele é diferente, de forma que esse
 446 Daia não servisse para ele, ele deveria pedir um outro. Mas se o anterior fosse o caso ele poderia ter pedido tudo
 447 junto, não seria o caso de a cada necessidade pedir uma autorização diferente. Obrigada." Presidente Bruno Neto
 448 de Ávila: "Obrigado, Francely. Eu gostaria de passar a palavra agora para a conselheira Nathalia." Conselheira
 449 Nathalia Luiza Fonseca Martins/Fiemg: "Obrigada, senhor presidente. Eu gostaria apenas de citar aqui, foi
 450 colocado pelo órgão ambiental... Com todo respeito ao Victor, foi trazido aqui a nota da AGE, o parecer da AGE.
 451 E na conclusão desse parecer – eu vou até ler um trechinho –, a conclusão traz assim: 'Nos termos do que foi
 452 explicado, pode ser autuado proprietário ou possuidor ou arrendante ou arrendatário, a questão é identificar o
 453 autor direto da ação ou omissão de eventuais concorrentes.' Traz na conclusão do parecer da AGE:
 454 'Recomendamos muito cuidado na lavratura dos autos de infração, com a individualização do autor e de todos
 455 que tenham concorrido direta ou indiretamente para a prática da infração, descrevendo-se com clareza as
 456 circunstâncias em que ocorreu o fato constitutivo da infração, especialmente as indicações dos envolvidos e os
 457 aspectos desse envolvimento.' E aí eu trago o seguinte, senhores conselheiros: para definir a responsabilidade
 458 administrativa, nós temos cinco requisitos básicos, que são a identificação do autor; a ação ou a omissão desse
 459 autor; o dano que foi gerado ou causado; e o nexa entre a ação e o dano; e ainda por último o elemento direto,
 460 o objetivo, que é a culpa ou o dolo. Então nós percebemos que se houve a infração de um mesmo fato gerador

461 para duas pessoas, que são irmãos de uma mesma área, não se sabe então quem causou o dano, quem causou a
 462 infração. Então fica em aberto. Quem causou a infração? Foi o José ou foi o Erick? Então eu acho que o primeiro
 463 ponto é identificar de fato qual foi o infrator, porque eu estou aplicando uma dupla penalização, estou
 464 multiplicando a penalização por dois, considerando que são proprietários de uma mesma área. E isso vai
 465 totalmente ao contrário do princípio do non bis in idem. Somente isso, presidente. Obrigada.” Presidente
 466 Bruno Neto de Ávila: “Obrigado, Nathalia. Conselheiro João Henrique.” Conselheiro João Henrique Vieira da Silva
 467 de Paula Lopes/Faemg: “Obrigado, presidente. A conselheira Nathalia eu acho que matou a minha fala, explicou
 468 muito bem. A minha fala era muito em cima do que ela acabou de até narrar. Conselheira, muito bem falado. Mas
 469 existem ainda mais duas colocações que eu queria deixar claro aqui. E queria até questionar a Francely. Caso,
 470 Francely, vamos supor que eu faça uma pergunta... A Daia fazia remissão ao parecer? Sim ou não? Porque senão
 471 não tinha como o empreendedor saber disso. Hoje se eu for fazer uma supressão em uma propriedade rural, e lá
 472 tiver alguns ipês – por exemplo, ipê amarelo, que é imune de corte em nosso Estado –, na Daia vai constar a
 473 restrição desses ipês? Sim ou não? Outra coisa que é interessante deixarmos claro para os conselheiros: a lei
 474 permite o depósito de material lenhoso na propriedade, não existe essa restrição. E quanto a atenuante também,
 475 interpretação diversa do que está na lei, infelizmente não a sobrepõe. Temos que considerar o que está na lei. Eu
 476 gostaria de ouvir o órgão ambiental com relação a essa questão da Daia.” Francely Aparecida Moreno de
 477 Tíllio/URFis TM: “A questão da Daia, o que temos que ver é que ela faz parte de um processo como um todo, não
 478 podemos pegar o Daia avulso e entender que ele supre todos os documentos. Porque então, se for assim, o Daia
 479 autoriza uma área de 40 ha... Então eu desconsidero, por exemplo, o mapa da propriedade, entendendo que eu posso
 480 desmatar em qualquer área? Ele ali é só assim – vamos fazer uma correlação aqui – como uma licença ambiental.
 481 Então uma licença ambiental tem, por exemplo, um parecer, condicionantes. Eu vou ignorar todo o histórico do
 482 processo e vou seguir só a licença. Eu tenho essa licença aqui, mas nada de estudo teria de fazer parte desse
 483 processo. Então nós entendemos que, primeiro, o Daia faz parte, ele não pode ser avaliado de forma individual.
 484 Foi muito clara a colocação de todos os estudos de todo o parecer que tinha, a existência de pequis ali, que não
 485 seria cortado. E eu acho que, acima de tudo isso, temos uma lei que fala que o pequi é imune de corte. Então
 486 estaríamos falando de desconsideração de um contexto, toda a documentação que instruiu um processo e acima
 487 disso desconsiderar uma lei que instrui ele. Certo?” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Eu gostaria de passar a
 488 palavra agora à conselheira Ediene.” Conselheira Ediene Luiz Alves/Aprosoja: “Eu só quero enfatizar a parte do
 489 non bis in idem. Já que não foi viável baixar os processos em diligência para que o próprio órgão ambiental tivesse
 490 ali... Visando até mesmo a celeridade do processo, todas essas questões que tanto os órgãos ambientais quanto
 491 os empreendedores ficam há tempos esperando que sua situação seja regularizada, visando exclusivamente esse
 492 lado, o que seria de fato o mais sensato, o mais correto a fazer para ter celeridade mesmo... Já que não foi viável
 493 baixar os processos em diligência, enfatizar principalmente esse ponto do non bis in idem. Por quê? De fato,
 494 conseguimos enxergar no processo, inclusive, que são coproprietários, são irmãos, as penalidades são idênticas,
 495 o mesmo fato gerador. Então tudo isso fica muito clara a violação desse princípio que é extremamente
 496 importante. Então esse ponto precisamos dar uma atenção a ele de uma forma mais enfática, mais com um olhar
 497 muito, muito responsável, porque vai ser injusto se isso não levar em consideração que de fato foram fatos
 498 geradores idênticos, repito, coproprietários, irmãos. Então nesse ponto eu quero chamar a atenção dos outros
 499 conselheiros para que a gente dê uma atenção especial nesse sentido. Era essa a minha fala. Obrigada.” Presidente
 500 Bruno Neto de Ávila: “Obrigado, conselheira Ediene. Só ressaltar que a questão da baixa em diligência tem alguns
 501 casos que usamos, e entendeu que não é esse caso, porque o órgão ambiental está mantendo o seu
 502 posicionamento em relação aos argumentos aqui questionados. Então não adianta baixar em diligência e voltar o
 503 mesmo parecer, o mesmo auto de infração da mesma forma que está sendo posta. Então estamos aqui realmente
 504 discutindo esses pontos levantados tanto pelos conselheiros quanto pelo retorno de vista, também em relação
 505 aos representantes, para de fato estarmos aqui discutindo e tendo esse olhar cauteloso, essa discussão
 506 democrática aqui para podermos realmente subsidiar toda a nossa discussão e nossa votação. Então por isso que
 507 eu acho que, de forma assertiva, decidimos por essa divisão de discussão dos itens mais específicos do auto para
 508 podermos realmente trazer essa discussão e essa decisão. Obrigada.” Conselheiro João Henrique Vieira da Silva
 509 de Paula Lopes/Faemg: “Presidente, eu só queria fazer um complemento à fala da Francely, porque ela fez uma
 510 analogia à questão de licença ambiental e eventuais condicionantes. Ora, se eu não tiver uma condicionante
 511 vinculada a uma licença e expressa nela, não tem como cobrar, não tem como o empreendedor saber. E com
 512 relação a essa questão até da Daia da área, se fosse possível nós escutarmos o representante do empreendedor,

513 eu queria ouvi-lo.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Conselheiro, sobre o que você quer ouvir os representantes?”
 514 Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes/Faemg: “Essa questão do ato autorizativo, da AIA.”
 515 Presidente Bruno Neto de Ávila: “Está ok. Eu vou primeiro passar a palavra para o conselheiro Fernando. Depois
 516 ouvimos o representante do empreendedor.” Conselheiro Fernando Menezes Belchior/Idau-TAP: “A minha
 517 dúvida é até uma dúvida prática. Eu até queria perguntar ao capitão Lemos. Parabéns pela promoção, capitão. Eu
 518 não sabia que o senhor tinha ido a capitão. A Polícia Militar Ambiental, quando chega ao local para fazer
 519 verificação, ela pede a licença ambiental ou lê também o parecer que fez com que originasse aquela licença
 520 ambiental? Uma pergunta prática, só para eu saber como é essa fiscalização.” Conselheiro Cristiano Corrêa
 521 Lemos/PMMG: “Prezado, bom dia. Muito obrigado. A fiscalização se dá, no momento da chegada ao local, é
 522 solicitada toda a documentação, e aí o proprietário apresenta essa documentação, é marcada uma data para ele
 523 poder reunir essa documentação. E com base nessa documentação aí, sim, é analisado qual é o fato ensejador da
 524 fiscalização que foi feita com base na documentação que ele tem. Do que foi apresentado, é feito o relato, é feito
 525 o Reds, o que foi constatado lá, e assim toma as demais providências, sejam criminais ou administrativas. Esse é
 526 o padrão de fiscalização. Não sei se ficou claro.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Obrigado. Conselheiro
 527 Fernando, ficou satisfeito?” Conselheiro Fernando Menezes Belchior/Idau-TAP: “Sim.” Presidente Bruno Neto de
 528 Ávila: “Conselheira Nathalia.” Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Fiemg: “Obrigada, senhor presidente.
 529 Ficou muito claro, sim, capitão Cristiano. Muito obrigada pelo esclarecimento. E em cima até da sua fala eu reforço
 530 a questão do cancelamento da infração número 1. Porque a infração número 1 estava autorizada dentro do
 531 processo de licenciamento. Então se foi apresentada a documentação do AIA. E nós estamos falando de um AIA
 532 em que foram autorizados 49 ha de supressão, o que gerou o rendimento lenhoso. Era uma autorização que
 533 estava prevista dentro do ato autorizativo, documento o qual deve ter sido apresentado para a polícia no
 534 momento do auto de fiscalização. Diante disso, fica claro que houve um erro de tipificação para a infração 1,
 535 considerando que os 49 estavam autorizados dentro do processo de licenciamento. Obrigada, presidente.”
 536 Presidente Bruno Neto de Ávila: “Obrigado, conselheira Nathalia. Mais algum conselheiro gostaria de se
 537 manifestar? Eu vou abrir a palavra ao representante do empreendedor. Peço que seja breve a explanação, Dr.
 538 Felipe.” Felipe Fiochi Pena/representante do empreendedor: “Só trazendo luz aos fatos, ao que ocorreu. Na minha
 539 fala eu trouxe. Em relação ao AIA, eles compraram a área, e foi entregue a eles um AIA, um documento
 540 autorizativo, pelo antigo proprietário, e nesse AIA, ao contrário, eu ousou discordar, Francely, respeito muito sua
 541 opinião, mas não concordo. Porque quando você tem uma licença ambiental, uma licença de funcionamento,
 542 nessa licença vêm as condicionantes, no verso dela tem as condicionantes. O AIA é a mesma coisa, tem as
 543 condicionantes no próprio AIA. E esse AIA em específico, não seria permitido aqui eu compartilhar, mas ele fala:
 544 ‘Observações: este documento só é válido quando acompanhado da planta topográfica ou croqui da propriedade
 545 contendo a localização da área de intervenção da reserva legal e APP.’ Essa é a obrigação que consta nesse AIA. E
 546 nas medidas mitigadoras e compensatórias, o item 11, não tem nenhuma restrição a supressão de pequi. Então
 547 os dois empreendedores quando adquiriram a área não teriam como adivinhar que tinha essa restrição. E o
 548 documento é autônomo, sim. Quando vem uma fiscalização – o capitão Cristiano muito bem colocou –, ele tem
 549 que apresentar os documentos autorizativos. Ele apresenta a licença ambiental, apresenta o documento
 550 autorizativo. Ele não tinha o parecer. E como não estava vinculado ao próprio AIA o artigo 6º do Decreto 47.749
 551 fala que ‘nas autorizações devem vir expressamente as condicionantes e as restrições no documento.’ E essa
 552 restrição não estava expressamente, então não poderia ser cobrada. Obrigado.” Presidente Bruno Neto de Ávila:
 553 “Eu gostaria de passar a palavra para a Francely.” Francely Aparecida Moreno de Tíllio/URFis TM: “Só
 554 complementando, novamente, aqui estamos falando em questão de um Daia, mas estamos falando, acima de
 555 tudo, uma questão de uma lei. Estamos falando de desconhecimento de um Daia e também desconhecimento da
 556 lei que proíbe, que trata de imune de corte e fala quando que seria possível autorizar.” Presidente Bruno Neto de
 557 Ávila: “Obrigado, Francely. Eu queria ponderar um pouquinho sobre essa discussão no sentido de tomarmos um
 558 pouco de cuidado do que estamos ponderando aqui em relação a essa questão do que será permitido ou não na
 559 emissão do Daia ou licenciamento ambiental. Importante nesse caso específico, onde foi autorizada a supressão
 560 de vegetação, onde foi identificado relatório técnico, tem vistoria, os documentos técnicos apresentados, a
 561 ocorrência de pequi, estudos apresentados e sabendo que existe a vedação legal da supressão dessas árvores
 562 imunes; não houve o pedido de supressão dessas árvores, mesmo porque não seria autorizado. Vamos sair um
 563 pouco dessa questão do pequi e vamos supor que no processo de supressão de vegetação ocorrem processos
 564 erosivos, causando degradação ambiental. Isso o exime de ser autuado por causar degradação por falta de manejo

adequado do solo, por falta de terraceamento. Isso não está citado no parecer. Várias outras situações, derramamento de óleo pelo maquinário, se ocorrer queima de resíduo, se tiver ocorrido na área de desmatamento. Isso são questões que não estão na autorização e não vão vir, porque são coisas específicas, normas específicas da legislação, que não permite ser feito. Então o empreendedor não pode questionar o desconhecimento da norma, da lei, isso não exime ninguém de ser responsabilizado pelas suas ações. Então aqui nós temos que tomar um pouco de cuidado das consequências das argumentações ou das decisões que tomamos aqui, daquilo que vai ser feito na prática. Então o rito legal da autorização foi feito da forma como o empreendedor quis. E foi autorizado daquela forma que foi solicitado. Se houve ou se haveria a necessidade de alteração disso, deveria ter sido feito previamente. Então não podemos trazer isso de uma forma tão simplória, porque tem várias outras questões que temos que analisar. E é muito claro que existe uma norma muito específica sobre a proteção do pequi, sobre os regimentos e autorizações quando há necessidade de supressão. Inclusive, até de compensações são diferentes. Então nesse caso temos que entender que, sim, é possível haver supressão de vegetação para essa atividade sem supressão de pequis; é vedada a supressão de pequis para essa atividade com esses indivíduos dentro de fragmentos. E não podemos alegar o desconhecimento, pelo empreendedor, da norma, porque não é só o pequi, tem várias outras normativas, normas técnicas de proteção da água, do solo, que têm que ser observadas a todo momento, não apenas tem que estar tudo escrito de uma série de normas dentro de um parecer ou de uma autorização de intervenção ou do próprio licenciamento. Então temos que levar em consideração essas várias coisas. Essa é a minha ponderação em relação a esse aspecto dessa argumentação do empreendedor que por desconhecimento poderia ter feito a supressão. Eu gostaria de seguir a discussão. Já escutamos vários questionamentos em relação aos itens. Como decidimos fazer essa fragmentação e essa discussão, eu acho que poderíamos começar a encaminhar já para o regime de votação em relação aos itens já levantados aqui. Basicamente, eu vou trazer aqui os três itens que acho importante de colocarmos em votação individualizados. Primeiro a questão do item do bis in idem, que acho que foi levantado de forma geral por todos; a questão da atenuante pela questão da agricultura familiar, visto o parecer, inclusive, da AGE, levantado aqui pelo Victor; e também a questão do item 1 da autuação, que é a destinação do material lenhoso. Está falando da destinação, não da área suprimida, mas da destinação daquele material suprimido daquela área. Deixa isso bem claro também. Algum conselheiro tem algum questionamento ou gostaria de acrescentar mais alguma coisa nessa discussão? Ok. Então, senhores conselheiros, eu proponho que façamos uma votação individualizada nesses três itens, com toda a discussão que levantamos aqui, todas as ponderações que foram feitas. Felipe, eu gostaria que você fizesse... Em cima do item bis in idem... Como se trata do item 6.1 vinculado ao item 6.2... Senhores conselheiros, eu pedi esse instante para pedir uma orientação aqui, porque, como se trata de dois itens de pauta, principalmente, vinculados ao questionamento do bis in idem, nós tivemos que pedir uma orientação e procedimentar certinho a votação. O primeiro ponto é como vamos proceder a votação de cada item. Primeiramente nós vamos votar pelo deferimento total ou parcial do pedido de recurso. Se entendermos pelo deferimento parcial, aí, sim, eu vou colocar em votação os itens levantados, que são da atenuante e pela destinação de material lenhoso, o item 1, destinação do material lenhoso, que foi questionado aqui. E o bis in idem nós vamos votar, podemos deferir o pedido de recurso totalmente, anulando um dos outros completamente. Então eu gostaria, neste momento, de escutar o representante do empreendedor. E o questionamento que eu faço para ele é: entre o atuado José Fernando Almeida Cordeiro e o atuado Erick Williams Almeida Cordeiro, existe o autor que fez ou uma definição de quem foi o autor das infrações?" Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Fiemg: "Senhor presidente, eu não entendi muito bem a pergunta que foi feita para o empreendedor, porque eu creio que a identificação do infrator quem tem que fazer é o órgão ambiental, não é o empreendedor que tem que vir aqui na reunião e falar que foi ele que cometeu a infração. Eu acho que não cabe ao empreendedor responder essa pergunta." Presidente Bruno Neto de Ávila: "Conselheira Nathalia, inclusive, essa foi uma fala sua em relação a isso, que um dos proprietários que teria feito a infração. Então estou oportunizando ao empreendedor talvez trazer essa informação para nossa deliberação aqui. Porque se votarmos pelo bis in idem, entendermos que realmente ocorreu esse bis in idem, que foi o pleito do recurso, seria anulação de um dos autos. Correto? Eu estou oportunizando agora ao empreendedor de manifestar qual seria o autor, porque entendo que houve infração, houve algumas infrações, estamos discutindo alguns itens dessa infração e estamos discutindo a questão da ocorrência do bis in idem." Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Fiemg: "Senhor presidente, só esclarecendo a minha fala anterior, eu disse que foram colocados, imputados dois autos de infrações idênticos e que, diante dos requisitos que definem responsabilidade

administrativa, tem que se identificar qual foi o infrator de fato. Mas quem tem que fazer essa identificação é quem fez a fiscalização e quem emitiu o auto de infração. Não cabe aqui ao empreendedor colocar provas contra ele e se manifestar falando que foi ele ou não que cometeu a infração. Então eu acho que cabe ao órgão ambiental, cabe a quem fez a fiscalização, quem emitiu o auto definir de fato quem cometeu a infração. Não cabe aqui ao empreendedor se manifestar nesse sentido.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Ok. Pelo que eu entendo, o órgão ambiental identificou os dois autores como sendo os infratores. Mas eu vou passar a palavra para a Francely.” Francely Aparecida Moreno de Tíllio/URFis TM: “Só complementar que o órgão ambiental, no momento da fiscalização – no caso, a polícia –, entendeu que os dois foram autores. E a nossa análise é nesse sentido, que os dois foram.” infração e estamos discutindo a questão da ocorrência do bis in idem.” Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Fiemg: “Senhor presidente, então eu sugiro que a votação seja nesse sentido e não que o empreendedor aqui se manifeste quem cometeu a infração. Então aqui eu sugiro que faça a votação nesse sentido. Já que o órgão ambiental considera que foram os dois que cometeram a infração, coloca em votação o posicionamento do órgão e o posicionamento do nosso parecer de vista, não do recurso. O posicionamento do parecer de vista é que apenas um autuado é que deve receber a infração, considerando o princípio do non bis in idem.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Obrigado, conselheira Nathalia. Mas de forma democrática eu vou oportunizar ao representante do empreendedor para se manifestar. Eu gostaria de saber se o representante do empreendedor gostaria de se manifestar.” Maira Rodrigues da Costa/representante do empreendedor: “Senhor presidente, eu estou de acordo com o que a Fiemg está expressando. Fica numa situação complicada trazermos esse assunto aqui, até porque a autorização saiu no nome do antigo proprietário, eles receberam essa autorização já emitida pelo órgão ambiental. Aqui eu acho que não cabe colocarmos um CPF específico. No auto de infração tem o campo de outros envolvidos. Então seria identificar um autuado, e no campo de outros envolvidos identificar o outro. Então não seria colocar fulano de tal principal, seria no próprio auto de infração constar um, e outros envolvidos, no outro. Seria essa a questão na lavratura de um outro auto de infração, um único auto de infração.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Ok, Maira, muito obrigado pela manifestação. Então agora eu vou informá-los como vamos proceder à votação. Nós vamos votar agora dois aspectos: pelo deferimento da defesa do auto, o requerimento de defesa, total; do recurso, na verdade; ou pelo deferimento parcial do recurso. São esses itens que a gente vem discutindo agora. Correto? Agora só para questão de alinhamento de como íamos proceder à questão do bis in idem. Se entendermos que existe o bis in idem em algum item, se os conselheiros entenderem isso, podem votar pelo deferimento total do recurso, anulando o auto. E depois passamos para o segundo item de pauta, que é vinculado a esse, por se tratar do mesmo fato de discussão, que é o item 6.2. Então eu vou colocar em votação agora. Felipe, por favor, você consegue parametrizar isso? Porque nós vamos votar, primeiramente, pelo deferimento total ou pelo deferimento do recurso parcial, com votação do atenuante por agricultura familiar e do item 1 do auto de infração.” Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Fiemg: “Senhor presidente, para mim, não ficou muito claro como vamos proceder com a votação. Eu gostaria que o senhor me esclarecesse melhor. Então neste primeiro momento estaríamos votando em relação ao bis in idem. Certo? Então quem votar favorável vai estar votando de acordo com o órgão ambiental, que considera as duas infrações; e quem votar contrário está indo com o relato de vista apresentado pela Fiemg, considerando que existe o bis in idem e há necessidade de anulação de um dos autos. É isso?” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Nathalia, nós vamos ter que fazer da seguinte forma: primeiro nós vamos decidir pelo julgamento do recurso, do pedido de recurso. Se deferirmos o recurso, o auto é anulado completamente, da forma que foi colocado. Ou podemos votar pelo deferimento parcial do recurso. E aí vamos entender que vamos discutir dois itens nesse deferimento parcial, que são o atenuante por se tratar de agricultura familiar, que discutimos aqui; e o item número 1, que é sobre a destinação do material lenhoso. Se deferirmos essas duas, nós vamos deferir parcialmente o recurso. Sobre a questão do bis in idem, se na votação os conselheiros entenderem que houve o bis in idem, nós temos que votar pelo deferimento total de um dos recursos para anulação do auto. Ficou claro? Vamos supor, só uma simulação aqui, pessoal, só para vocês entenderem. Se deferirmos parcialmente o item 6.1, aquele conselheiro que achar que houve o bis in idem de autuação, ele tem que votar pelo deferimento total do item 6.2, que é o cancelamento do auto. Correto? E aqui podemos ter vários resultados, o Conselho aqui pode definir pela correção de alguns itens do auto e deferir o auto; ou pela anulação total do auto; ou de um ou do outro. Ficou claro ou alguém ainda tem dúvidas? Pode perguntar.” Conselheiro Fernando Menezes Belchior/Idau-TAP: “Presidente, só para tentar ajudar, o seguinte: eu votaria quatro momentos. Primeiro, anulação total dos autos de infração ou deferimento parcial da defesa. Se for deferimento parcial para a defesa, descemos para os três itens. Se eu não estou

669 enganado. Eu resumi aqui: bis in idem, material lenhoso e supressão de vegetação. É isso?” Presidente Bruno Neto
670 de Ávila: “Fernando, é quase isso. O bis in idem não votamos porque não está descrito no auto de infração. Se
671 entendemos que houve bis in idem, nós temos que votar a anulação de um dos autos. Então na segunda votação,
672 como justificativa, se for o caso, entendimento de cada conselheiro, vota dessa forma. E pode usar isso como
673 justificativa em sua votação.” Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Fiemg: “Então, só para deixar claro para
674 todos os conselheiros, quem votar favorável nessa primeira fase, a votação favorável vai de acordo com o órgão
675 ambiental, que é o provimento parcial do recurso; quem votar contrário...” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Não,
676 conselheira, nós estamos votando aqui o pedido do recurso. Correto? Aí vamos votar o seguinte: quem votar
677 favorável ao recurso... Aí eu vou até colocar aqui ‘favorável ao deferimento parcial’. E depois eu vou colocar...
678 Perdão. Eu vou colocar em votação se vai ser o deferimento parcial ou total do recurso. Correto? O deferimento
679 total do recurso é improvimento ao pedido do empreendedor. Se for parcial, vamos deferir o recurso
680 parcialmente, aí, beleza, então nós vamos para o segundo momento de votação, nós decidimos que vai ser o
681 deferimento parcial e vamos descer para o segundo item, para os itens que são atenuante da agricultura familiar
682 e o item 1, que é de destinação do material lenhoso. Aí nós vamos deferir ou não esse pedido, por votação. E aí
683 no segundo momento vamos colocar o item 6.2 em votação, que é a mesma discussão que tivemos, da mesma
684 situação. E aí vamos votar da mesma forma, deferimento parcial ou total. Aí nesse momento se os conselheiros
685 entendem que houve bis in idem eles podem votar pelo deferimento total do recurso, onde haverá o
686 cancelamento do auto. Entendidos? Conselheira Nathalia, conseguiu entender?” Conselheira Nathalia Luiza
687 Fonseca Martins/Fiemg: “Entendido, senhor presidente. Obrigada. Então o voto contrário é pelo deferimento
688 total do recurso, que causaria a anulação.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Eu vou colocar aqui a tabela, e vocês
689 vão entender. Felipe, põe para nós a tabela de votação, e a descrevemos. Quem for favorável ao deferimento
690 parcial, voto favorável; se for contrário, nós vamos julgar o deferimento total ou não do auto. Alguém tem dúvida?
691 O conselheiro que votar favoravelmente ao deferimento parcial, nós vamos seguir para a discussão dos dois itens
692 que eu falei. Alguma dúvida?” Conselheiro Fernando Menezes Belchior/Idau-TAP: “E se votar contrário é
693 cancelado tudo, não é?” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Se votar contrário, aí nós vamos votar para o
694 deferimento total. Aí, sim, tem outra votação.” Conselheira Daniela Alves Viali/Sustenta Minas: “Desculpa,
695 presidente, mas eu não estou entendendo a votação. Eu estou no Conselho tem uns três anos, mas nunca foi
696 assim. Eu não estou entendendo.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Realmente, nós até pedimos a assessoria
697 jurídica de Belo Horizonte, que tem uma experiência também, se houve isso em outros Conselhos, também não
698 teve. Como se trata de dois autos. Porque já julgamos bis in idem aqui, mas dentro do mesmo auto de infração.
699 Então por isso que vamos ter que lançar mão de duas votações. A primeira escolha que o Conselho vai fazer é se
700 ele vai julgar o deferimento total ou se vai julgar o deferimento parcial do auto de infração. Tendo essa resposta,
701 nós vamos julgar novamente. Vamos supor que o Conselho escolheu o deferimento parcial, aí vamos julgar o que
702 são os itens que vamos acatar dentro do recurso.” Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Fiemg: “Senhor
703 presidente... Então é só para tentar esclarecer aqui: nós vamos pôr em votação o recurso. Quem for favorável vai
704 deferir o recurso parcial, de acordo com o órgão ambiental. Certo? Se eu votar contrário, eu já estou anulando o
705 auto de infração, aí não preciso transcorrer as demais votações. A votação contrária já traz que eu não concordo
706 com o recurso, então já anularia o auto, eu não precisaria das demais votações. Certo?” Presidente Bruno Neto
707 de Ávila: “Nós podemos ter uma possibilidade de o conselheiro votar contrário ao pedido de recurso totalmente
708 e atender e votar favorável ao parecer da URFis, que é de manutenção total do auto de infração. É por isso que
709 temos que entender primeiro assim. Na primeira votação nós vamos definir se vamos votar parcialmente ou julgar
710 o pedido de recurso totalmente, como foi feito. Aí nós vamos decidir como vai ser essa votação. Depois nós vamos
711 decidir o auto, de fato, como ele vai ser deferido no recurso. Vocês entenderam? Felipe, até para facilitar, eu vou
712 pedir uma alteração na planilha de votação. Deferimento total do recurso; e o outro item, deferimento parcial do
713 recurso. Onde está ‘favorável’ e ‘contrário’ põe ‘deferimento total do recurso’, ‘deferimento parcial’.” Conselheiro
714 Fernando Menezes Belchior/Idau-TAP: “Presidente, nós não temos autonomia para modular esses itens não, não
715 é? Os conselheiros.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Só um minutinho... Põe encaminhamento, põe ‘exame de
716 recurso’... Conselheiros, agora é o seguinte. Nós estamos fazendo essa votação aqui, eu preciso agora primeiro
717 que o Conselho decida se vai votar o recurso em sua totalidade ou de forma parcial. Se votarmos o deferimento
718 total, estamos aprovando o pedido de recurso na sua totalidade, com todos os itens que foram solicitados,
719 anulação completa do auto. Se os conselheiros votarem pelo deferimento parcial, nós vamos fazer o julgamento
720 do auto parcialmente, correlacionando os itens aqui discutidos, que são sobre o atenuante por se tratar de

721 agricultura familiar e o primeiro item, que é com relação à destinação do material lenhoso. Ficou claro agora ou
 722 restou alguma dúvida ainda? Nós só vamos colocar em regime de votação quando todos os conselheiros estiverem
 723 confortáveis como será feita a votação.” Conselheiro Fernando Menezes Belchior/Idau-TAP: “Ficou mais claro,
 724 presidente. Só que, tendo em vista que alguns aqui me parece que vão votar pelo bis in idem, consequentemente
 725 um auto de infração será anulado, então, em um processo provavelmente pode ser que ocorra o deferimento
 726 parcial, para discutirmos os demais itens pontualmente em outras votações; e no outro recurso, que tem outro
 727 número, outro item de pauta, a votação provavelmente vai ser pelo deferimento total, e aí vai votar a totalidade
 728 do recurso, de repente, pela anulação, considerando que não conseguimos juntar os dois itens, apesar de se tratar
 729 do mesmo fato. É isso, não é?” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Isso mesmo... Mais algum conselheiro tem algum
 730 questionamento, alguma dúvida que queira tirar?” Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula
 731 Lopes/Faemg: “Presidente, eu só não entendi uma questão. Nós vamos votar agora. Caso seja acatado na
 732 modalidade parcial, você vai discutir a questão do rendimento e a questão da atenuante. Correto? E o bis in
 733 idem?” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Correto. O bis in idem, aí nós vamos entender que, teoricamente, no
 734 próximo item de pauta, nós podemos deferir totalmente o item. Quem entende que houve bis in idem pode
 735 deferir totalmente o recurso, vai acatar o recurso total, a anulação do auto.” Conselheiro João Henrique Vieira da
 736 Silva de Paula Lopes/Faemg: “Com todo respeito, presidente, eu entendo o seguinte... Porque o deferimento
 737 parcial às vezes não é só a questão do bis in idem, é em outros temas. Então eu entendo o seguinte: se acatado
 738 parcial, o bis in idem também tem que ser julgado de forma independente, não tem que ser subentendido que já
 739 foi julgado indeferido.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Isso. Nós estamos julgando, quem entende pelo bis in
 740 idem, quem entende, o conselheiro que entender que houve bis in idem na autuação pode votar pelo deferimento
 741 total do recurso, que acarretará anulação do auto.” Conselheiro Fernando Menezes Belchior/Idau-TAP: “Assim,
 742 presidente, concordo com o que o João Henrique disse. O que vai acontecer? Se você analisar a nossa decisão no
 743 dia 14 de fevereiro, uma pessoa analisar a nossa decisão do dia 14 de fevereiro sobre o item 6.1; e dia 17 de
 744 fevereiro ele analisar a nossa decisão do item 6.2, eles vão falar assim: ‘Esse Conselho está doido. É a mesma
 745 coisa, e eles decidiram diferente. Por que um eles decidiram parcialmente e foram modulando os itens, e o outro
 746 eles decidiram totalmente e decidiu por cancelar totalmente o auto de infração?’ Então ficam bem controversas
 747 as decisões. Por que isso? Aí eu não sei se isso é possível, mas estou entendendo que não é possível juntar esses
 748 itens 6.1 e 6.2. Você entendeu o que eu quis dizer? Porque, assim, se alguém ler o parecer diferente, sei lá se isso
 749 fica num repositório... Pega esse caso aqui: ‘Como é que esse Conselho decidiu a mesma coisa de forma diferente,
 750 se são as mesmas pessoas?’ Fica bastante controverso isso.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Obrigado,
 751 conselheiro Fernando. Nós podemos constar em ata a justificativa do voto, para ficar mais claro.” Conselheiro
 752 Fernando Menezes Belchior/Idau-TAP: “Está bom, é assim. Nós temos que explicar de alguma forma porque,
 753 realmente, se pegar o caso isoladamente... ‘O que aconteceu, o que esse cara fez para anular total e o outro ali
 754 julgou item a item?’ Fica estranho.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Isso. E até faz mais sentido, se for o
 755 entendimento pelo bis in idem, justificar que no segundo, como houve a manutenção do primeiro auto, o segundo
 756 está sendo cancelado por essa motivação. E aí eu peço para constar em ata a justificativa do voto na íntegra. Mais
 757 algum conselheiro quer algum esclarecimento sobre a forma de votação?” Conselheira Nathalia Luiza Fonseca
 758 Martins/Fiemg: “Senhor presidente, então vai manter o deferimento total e parcial dessa maneira como está aí?
 759 Só para eu entender melhor, porque, como o conselheiro do Idau-TAP disse, haveria divergência quando fosse
 760 pegar a pauta para analisar, considerando que são dois itens idênticos. Aí um se vota de um jeito, outro se vota
 761 de outra forma. Só para eu entender se vai continuar dessa maneira.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Vai
 762 continuar dessa forma, e nós vamos constar em ata a justificativa dos votos dessa votação na íntegra para poder
 763 ter o histórico da votação... Algum conselheiro gostaria de se manifestar antes de eu colocar em regime de
 764 votação? Não havendo manifestações, eu coloco em regime de votação análise de recurso do José Fernando
 765 Almeida Cordeiro, processo administrativo 766666/22, auto de infração 304820/2022. Exame do recurso. A
 766 votação se dará pelos itens: deferimento total do pedido de recurso ou deferimento parcial do pedido de recurso.”
 767 Processo de votação. Conselheiro Edson da Silva Santos/Seapa: “Pela Seapa, deferimento parcial.” Conselheiro
 768 Mário Lucas de Abreu Resende/Sede: “Sede, deferimento parcial.” Conselheira Carla Vieira Alvarenga/Seinfra:
 769 “Deferimento parcial.” Conselheiro Cristiano Corrêa Lemos/PMMG: “Deferimento parcial.” Conselheiro Daniel
 770 Fernandes Loureiro/Crea: “Voto pelo deferimento total.” Conselheira Mariana Duarte Leão/MPMG: “Abstenção...
 771 Abstenção pela orientação da Corregedoria do Ministério Público de Minas Gerais.” Conselheira Stephanie
 772 Caroline Schubert/Prefeitura de Uberlândia: “Eu voto pelo deferimento total, devido ao princípio do non bis in

idem e em relação ao item 6.2 também; do 6.1 e em relação ao 6.2.” Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Fiemg: “Deferimento total, considerando o já apresentado no relato de vista e todas as discussões aqui relatadas.” Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes/Faemg: “Presidente, primeiramente, só um questionamento: no caso, a Polícia Ambiental não teria que se abster por conta de ser o órgão que lavrou os autos? E o meu voto é deferimento total do recurso.” Conselheiro Denilson Felipe Borges/Federaminas: “Presidente, considerando os erros e vícios que têm dentro desse auto, o meu voto é deferimento total.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Conselheiro João Henrique votou pelo deferimento?” Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes/Faemg: “Presidente, pelo deferimento total e questioneei quanto ao impedimento da Polícia Militar na votação.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Eu vou abrir a palavra o comandante Cristiano. Aprosoja, Ediene.” Conselheira Ediene Luiz Alves/Aprosoja: “Deferimento total, conforme o parecer de vista e tudo que foi discutido durante a nossa reunião.” Conselheira Daniela Alves Viali/Sustenta Minas: “Deferimento total, de acordo com o nosso parecer de vista em conjunto e por tudo que foi falado aqui na nossa reunião hoje. Deferimento total.” Conselheiro Fernando Menezes Belchior/Idau-TAP: “Presidente, eu voto pelo deferimento total, considerando que eu entendo que houve bis in idem, que o material lenhoso foi devidamente armazenado e que a supressão da vegetação está contida na AIA.” Conselheiro Jéssica Vale Freitas Moreira/Senar: “Voto pelo deferimento total, mediante o que foi discutido e apresentado no relatório de vista.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Ok. Então o recurso foi aprovado de forma total, conforme solicitado, por nove votos favoráveis... Perdão. Eu gostaria de voltar a palavra ao representante da Polícia Militar de Minas Gerais. Gostaria de se manifestar?” Conselheiro Cristiano Corrêa Lemos/PMMG: “Senhor presidente, eu poderia muito bem me abster, mas tem um parecer da AGE, até pelo processo SEI, no protocolo 1370.01. É que essa consulta já foi levada à verificação sobre essa questão. No caso se a PM foi o órgão fiscalizador e atuador, se caberia algum caso de suspeição, enfim. E foi verificado nesse parecer é que somente se tivesse o militar propriamente lá envolvido diretamente, tivesse interesse na causa, que aí sim ele poderia. Porque senão não haveria necessidade de o órgão Polícia Militar participar, porque a maioria das ações e das intervenções poderia ser executada pelo próprio órgão fiscalizador, como acontece também no órgão ambiental, enfim. Só com base nesse parecer que foi feita a votação.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Obrigado. Então o recurso foi deferido totalmente, com nove votos favoráveis, quatro... Perdão, gente, nós vamos para o julgamento do auto em sua totalidade agora. Com nove votos favoráveis, quatro votos para votar parcialmente, uma abstenção. Agora nós vamos votar o recurso na sua totalidade, deferimento total, do item 6.1... Conselheiros, como houve a votação pelo deferimento total do recurso, será só essa votação mesmo. Se tivéssemos deferido pelo parcial, íamos votar os itens. Então o recurso foi provido em sua totalidade.”

6.2) Erick Williams Almeida Cordeiro. Retirar/tornar inservível 2745,73 metros cúbicos de material lenhoso nativo oriundo da supressão de 49,38,24 hectares de vegetação nativa sem amparo na autorização de intervenção concedida (AIA 2100.01.0016206/2022-14); Suprimir/desmatar 05,20,00 hectares de vegetação nativa, tipologia Cerrado sensu strictu, localizada em área comum, em desacordo com a autorização concedida pelo órgão ambiental (AIA 2100.01.0016206/2022-14); Retirar/tornar inservível 150 (cento e cinquenta) metros cúbicos de material lenhoso oriundos de supressão de 05,20,00 hectares de vegetação nativa, realizada sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, ou em desacordo com a autorização ou licença concedida; Retirar/tornar inservível 40 (quarenta) metros cúbicos de material lenhoso nativo oriundos da supressão de 120 árvores esparsas nativas, realizada sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, ou em desacordo com a autorização ou licença concedida; Suprimir 120 indivíduos arbóreos nativos esparsos, localizados em área comum, sem licença/autorização do órgão ambiental competente; Retirar/tornar inservível 95 (noventa e cinco) metros cúbicos de material lenhoso nativo oriundos de supressão de 285 exemplares de pequi realizada sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, ou em desacordo com a autorização ou licença concedida; Suprimir 285 (duzentos e oitenta e cinco) exemplares de pequi, espécie imune de corte conforme Lei Estadual 10.883 de 1992, sem autorização ou licença do órgão ambiental competente ou em desacordo com a autorização ou licença concedida. Monte Carmelo/MG. PA/CAP/Nº 766667/22. AI/Nº 304821/2022. Apresentação: URFis TM. Retorno de vista pelos conselheiros Nathalia Luiza Fonseca Martins, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Ediene Luiz Alves, representante da Associação dos Produtores de Soja, Milho, Sorgo e Outros Grãos Agrícolas do Estado de Minas Gerais (Aprosoja-MG); Daniela Alves Viali, representante da Associação Ambiental Sustenta Minas. Presidente Bruno Neto de Ávila: “Agora o próximo item

825 de pauta, item 6.2. Seguindo o Regimento da URC, nós temos que franquear a palavra aos conselheiros. Se trata
826 do item 6.2, Erick Williams Almeida Cordeiro. Algum conselheiro gostaria de se manifestar sobre esse item?"
827 Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Fiemg: "Senhor presidente, trata-se do item idêntico ao 6.1, o qual já
828 foi votado. Então eu acho que nem cabe mais discussões, o que precisava ser dito e esclarecido já foi colocado
829 aqui por todos." Presidente Bruno Neto de Ávila: "O relatório de vista é o mesmo, não é?" Conselheira Nathalia
830 Luiza Fonseca Martins/Fiemg: "O relatório de vista é o mesmo, considerando que são autos idênticos. Então não
831 caberia fazer relatos separados. Então o relato de vista para o 6.1 é o mesmo para o 6.2." Presidente Bruno Neto
832 de Ávila: "Obrigado. Conselheiro João Henrique." Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula
833 Lopes/Faemg: "Presidente, eu estava só concordando com a fala da Nathalia. Sem manifestações. Concordo."
834 Presidente Bruno Neto de Ávila: "Perfeito. Conselheira Ediene." Conselheira Ediene Luiz Alves/Aprosoja:
835 "Concordo totalmente, tendo em vista também o nosso horário, são discussões conexas. Então concordo
836 plenamente com a conselheira Nathalia." Presidente Bruno Neto de Ávila: "Ok. Obrigado. Conselheira Daniela."
837 Conselheira Daniela Alves Viali/Sustenta Minas: "Eu também concordo totalmente com o que a Nathalia falou, e
838 nós estamos no mesmo posicionamento." Presidente Bruno Neto de Ávila: "Ok. Mais algum conselheiro gostaria
839 de se manifestar? Obrigado. Seguindo o nosso Regimento Interno e as normas, eu vou franquear a palavra aos
840 inscritos desse item. Senhor Felipe Fiochi Pena." Maira Rodrigues da Costa/representante do empreendedor:
841 "Senhor presidente, o representante vai ser a Maira." Presidente Bruno Neto de Ávila: "Senhor José Fernando
842 Almeida gostaria de se manifestar? Está na sala?" José Fernando Almeida: "Não." Presidente Bruno Neto de Ávila:
843 "Obrigado. Senhora Maira Rodrigues da Costa." Maira Rodrigues da Costa/representante do empreendedor: "As
844 considerações são as mesmas, porque se trata do mesmo auto de infração. Então seria reiterar os pedidos que já
845 foram feitos, senhor presidente." Presidente Bruno Neto de Ávila: "Ok. Obrigado. Senhor Weder Oliveira Soidan.
846 Está na sala, gostaria de se manifestar?" Weder Oliveira Soidan/representante do empreendedor: "Manifestação
847 somente..." Presidente Bruno Neto de Ávila: "Ok. Obrigado. Algum conselheiro? Obrigado, conselheiros. Eu
848 precisava passar esse item de pauta por norma do Regimento. Como não há manifestações sobre esse item, vou
849 colocar em regime de votação da mesma forma que nós fizemos no item anterior. Só um minuto que estamos
850 preparando a planilha aqui para a votação. Estou colocando em regime de votação exame de recurso do item 6.2,
851 Erick Williams Almeida Cordeiro. PA/CAP/Nº 766667/22, AI/Nº 304821/2022. Então da mesma forma que nós
852 fizemos a votação do item anterior nós vamos fazer a votação pelo deferimento total ou deferimento parcial. Se
853 optarmos pelo deferimento parcial, nós vamos discutir os itens já levantados, que são atenuante para agricultura
854 familiar e o item número 1, que é o de destinação de material lenhoso. Só para lembrar, de forma cordial, se
855 votarmos aqui pelo deferimento total, vai ser anulado o auto de infração. E a questão do bis in idem, como o item
856 anterior foi anulado, o auto foi anulado, se corrigiu essa questão do bis in idem." Processo de votação. Conselheiro
857 Edson da Silva Santos/Seapa: "Deferimento parcial." Conselheiro Mário Lucas de Abreu Resende/Sede: "Sede,
858 deferimento parcial." Conselheira Carla Vieira Alvarenga/Seinfra: "Deferimento parcial." Conselheiro Cristiano
859 Corrêa Lemos/PMMG: "Deferimento parcial." Conselheiro Daniel Fernandes Loureiro/Crea: "Como foi comentado
860 em todo o processo, pelo deferimento total." Presidente Bruno Neto de Ávila: "Daniel, eu não escutei aqui. Pode
861 repetir, por favor?" Conselheiro Daniel Fernandes Loureiro/Crea: "Seguindo o que foi comentado nos outros
862 processos, pelo deferimento total também." Conselheira Mariana Duarte Leão/MPMG: "Eu me abstenho por
863 orientação da Corregedoria do Ministério Público." Conselheira Stephanie Caroline Schubert/Prefeitura de
864 Uberlândia: "Prefeitura de Uberlândia vota por deferimento total, em consonância com tudo que já foi discutido
865 aqui do parecer de vista da Fiemg." Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Fiemg: "Deferimento total,
866 considerando o que já foi apresentado no relato de vista e nas discussões aqui colocadas nesta reunião de hoje."
867 Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes/Faemg: "Deferimento total, com abordagem de todos
868 os pontos do recurso, implicando a nulidade." Conselheiro Denilson Felipe Borges/Federaminas: "Deferimento
869 total. E o Ministério Público poderia esclarecer e nos dar informação de qual é a orientação da Corregedoria, para
870 a gente entender o motivo das abstenções." Presidente Bruno Neto de Ávila: "Denilson, eu vou pedir para que
871 seja feito posteriormente ao encerramento da votação." Conselheira Ediene Luiz Alves/Aprosoja: "Voto pelo
872 deferimento total, conforme as explanações do item anterior." Conselheiro Fernando Menezes Belchior/Idau-
873 TAP: "Voto pelo deferimento total, considerando que eu entendo que houve bis in idem, que o material lenhoso
874 foi devidamente armazenado e que a supressão da vegetação estava constando na autorização." Conselheira
875 Daniela Alves Viali/Sustenta Minas: "Pelo deferimento total, conforme nosso relato de vista em conjunto e
876 considerando as discussões hoje. Pelo deferimento total." Conselheiro Jéssica Vale Freitas Moreira/Senar: "Voto

877 pelo deferimento total, pelo justificado no item anterior.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Ok. Obrigado. Então
878 pela votação o recurso foi deferido na sua totalidade, por nove votos favoráveis, quatro votos por deferimento
879 parcial e um voto com abstenção. Conselheira Dra. Mariana, o conselheiro Denilson gostaria de saber da
880 orientação que foi feita pela abstenção.” Conselheira Mariana Duarte Leão/MPMG: “Desculpa, não entendi.”
881 Presidente Bruno Neto de Ávila: “Conselheiro Denilson... Conselheiro, você pode fazer de novo o questionamento
882 para a conselheira Mariana?” Conselheiro Denilson Felipe Borges/Federaminas: “Sim. Conselheira, poderia
883 esclarecer ou nos informar qual é a orientação da Corregedoria para as abstenções, qual é a orientação?”
884 Conselheira Mariana Duarte Leão/MPMG: “No caso em que o promotor aqui, conselheiro, não é o promotor
885 natural do fato, para evitar que no final seja questionado que eventualmente aprovou algo que vai ser impugnado
886 por outro promotor, eles orientaram a se abster de votar. E o promotor natural do fato é o Dr. Henrique Saes, de
887 Coromandel. É Coromandel ou Monte Carmelo?” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Monte Carmelo. Obrigado,
888 conselheira Mariana.” **6.3 Thiago Daydson de Carvalho. Explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar
889 ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização
890 do órgão ambiental, ou em desacordo com a licença ou autorização concedida pelo órgão ambiental: suprimir
891 demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental, sendo 66,18
892 ha de área em área comum; Explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar ou provocar a morte de
893 florestas e demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental ou
894 em desacordo com a licença ou autorização concedida pelo órgão ambiental: suprimir demais formas de
895 vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental, sendo 1,61 ha de área em
896 reserva legal; Retirar ou tornar inservível produto da flora nativa oriundo de exploração, desmate, destoca,
897 supressão, corte ou extração de florestas e demais formas de vegetação, realizada sem autorização ou licença
898 do órgão ambiental competente ou em desacordo com a autorização ou licença concedida; Desenvolver
899 atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, exceto
900 em áreas legalmente permitidas; Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de
901 florestas e demais formas de vegetação, em área de reserva comum: foi realizado o plano de pastagem para
902 desenvolver a atividade de criação de bovinos; Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a
903 regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, exceto em áreas legalmente permitidas;
904 Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de
905 vegetação, em área de reserva legal: foi realizado o plano de pastagem para desenvolver a atividade de criação
906 de bovinos. São Gonçalo do Abaeté/MG. PA/CAP/Nº 786482/23. AI/Nº 322402/2023. Apresentação: URFis TM.
907 Processo baixado em diligência pela Presidência, em atendimento a solicitação da Faemg. Presidente Bruno Neto
908 de Ávila: “Conselheiro João Henrique, a sua manifestação se trata desse item, desses dois itens (6.3 e 6.4)?”
909 Conselheiro João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes/Faemg: “A minha manifestação se trata de todos os
910 processos, no caso. Aqueles que os empreendedores optarem por fazerem a defesa, que o processo tenha seu
911 transcurso normal. Aqueles que os empreendedores não estiverem aqui e não se manifestarem, eu sugiro que
912 baixem diligência para poder oportunizá-los a terem os benefícios do decreto, que é a conversão de multa por
913 serviços ambientais. É um decreto novo, do dia 11. Acredito que até nós que lidamos diretamente com essas
914 atividades poucos conhecem ainda sobre a sua publicação, quicá as demais pessoas. Então eu sugiro que aqueles
915 que não se manifestarem pelo interesse de prosseguir que esses processos sejam baixados em diligência; e
916 oportunizadas aos empreendedores as benesses do decreto.” Presidente Bruno Neto de Ávila: “Então eu vou fazer
917 a questão do destaque desse item, e na discussão deles você pede a manifestação, se é pedido de vista, se é
918 destaque, baixa diligência.” *** Presidente Bruno Neto de Ávila: “Seguindo nossos itens de pauta, houve a
919 solicitação por baixa em diligência pelo conselheiro João Henrique, da Faemg, do item 6.3 e do item 6.4. Como
920 presidente deste Conselho eu vou acatar o pedido de diligência devido à justificativa de ter sido publicado no dia
921 11 a norma sobre a questão do instrumento de auto de infração, das autuações, onde há possibilidade talvez de
922 redução ou aplicação do recurso da autuação. Então baixando o item 6.3 e o item 6.4 em diligência.” **6.4) Luiz
923 Eduardo Franqueiro Gomes. Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de
924 florestas e demais formas de vegetação, exceto em áreas legalmente permitidas; Desenvolver atividades que
925 dificultem ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, em unidade de
926 conservação de proteção integral ou de posse e domínio público. Uberlândia/MG. PA/CAP/Nº 782217/23.
927 AI/Nº 318351/2023. Apresentação: URFIS TM. Processo baixado em diligência pela Presidência, em atendimento
928 a solicitação da Faemg, conforme justificativa registrada no item 6.3. 7) ASSUNTOS GERAIS. Não houve****

929 manifestações. **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Bruno Neto de
930 Ávila agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

931

932

APROVAÇÃO DA ATA

933

934

935

936

Bruno Neto de Ávila**Presidente suplente da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro**